



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 396/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00321 - PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informação acerca de eventuais encaminhamentos que esta Ouvidoria tenha realizado junto à Corregedoria Geral da Administração, diante das denúncias apresentadas por mim em face do ocorrido no interior da Unidade Escolar Etec de Ibaté, dentre outros fatos. Pedido genérico. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº396 /2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, o órgão esclareceu ao requerente quais foram os motivos da negativa de acesso a informação solicitada. Em recurso, o ente manteve a decisão anterior, reiterando o Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021 da Consultoria Jurídica do CEETEPS, que manifestou-se acerca das demandas formuladas pelo Sr. [REDACTED], onde concluiu que referidas demandas se enquadram nas hipóteses versadas no artigo 13, do Decreto nº 7.224/2012, que isenta a Autarquia de responder as referidas demandas. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão, informou que a Orientação Normativa 01/2018 da Ouvidoria Geral do Estado, não tem mais validade, em razão da criação da Controladoria

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 19/12/2022 às 16:21:55.

CGEDES202205794A

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- Geral do Estado. e orientou ao solicitante para fazer a solicitação à Controladoria Geral do Estado.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que a solicitação é abrangente e sem precisão de período para delimitar a pesquisa, ou qualquer outro requisito de especificação, conforme disposto no artigo 13 do Decreto Federal 7.724, de 16 de maio de 2012.
 5. Considerando que o órgão justificou a negativa de acesso às informações requeridas pelo interessado e indicou outro órgão para obtenção da informação pretendida, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento nos artigos 11, § 1º, II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com alteração posteriores.
 6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão- SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público